



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Herveiras
Poder Executivo

PROJETO DE LEI Nº 046/E/23, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

Altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 1435, de 01 de agosto de 2023.

Art. 1º - O art. 4º, da Lei Municipal nº 1435 de 01 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O valor a ser pago no período é referente ao piso nacional da categoria, correspondente a R\$ 2.640,00 (dois mil e seiscentos e quarenta reais) mensais, acrescido de 30% (trinta por cento), a título de insalubridade, que incidirá sobre o valor do menor padrão de vencimentos do quadro de servidores do Município.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do primeiro dia do mês da promulgação da presente Lei.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2023.

Nazario Rubi Kuentzer
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Herveiras
Poder Executivo

PROJETO DE LEI Nº 046/E/23, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

Justificativa

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminho, anexo, o Projeto de Lei nº 046/E/23, que autoriza o Poder Executivo a Altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 1435, de 01 de agosto de 2023.

A justificativa para alterar a Lei Municipal nº 1435 e conceder insalubridade ao Agente de Endemias contratado emergencialmente é fundamentada em diversos pontos relevantes. Abaixo estão alguns argumentos que podem embasar essa solicitação:

Exposição a Ambientes de Risco: Com base na análise técnica sobre insalubridade, considerando a natureza, condições e métodos de trabalho, e a legislação vigente, o Agente de Endemias está exposto a agentes biológicos, com possibilidade de contaminação pelo contato com carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas.

Laudo Técnico de Procedimentos e Operações Insalubres e Perigosas: A base para a concessão da insalubridade é um laudo técnico que identifica a presença de procedimentos e operações insalubres e perigosas no ambiente de trabalho. Esse laudo pode verificar a existência de situações que colocam o Agente de Endemias em risco, justificando o pagamento do adicional de insalubridade.

Regime Jurídico e Direitos do Trabalhador: Os artigos 87 a 91 do Regime Jurídico estabelecem direitos e deveres dos servidores públicos. Conceder insalubridade ao Agente de Endemias pode estar em conformidade com esses direitos, demonstrando o comprometimento da administração municipal com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Portanto, a alteração da Lei municipal nº 1435 para conceder insalubridade ao Agente de Endemias contratado emergencialmente está respaldada por argumentos que destacam a exposição a ambientes de risco, a proteção à saúde do trabalhador, a prevenção de doenças ocupacionais, os direitos do trabalhador conforme o Regime Jurídico, a equidade, o estímulo à continuidade do trabalho e conformidade com as normas de saúde e segurança. Essa medida visa garantir condições de trabalho mais seguras e valorizar os profissionais que desempenham um papel essencial na promoção da saúde pública.

Conto com o apoio dos Nobres Vereadores, para apreciarem e aprovarem o presente Projeto de Lei, a fim de sanar tal discordância de valores.

Nazario Rubi Kuentzer
Prefeito Municipal